

**4º Concurso para Juiz Federal Substituto**

**QUESTÕES DA PRIMEIRA PROVA ESCRITA**

- 1ª) Apresente duas hipóteses em que, nos termos do Código de Processo Civil, só se admite agravo retido nos autos. Indique a base legal que justifica a sua resposta.
- 2ª) O autor, ainda que ocorra revelia, pode alterar o pedido ou a causa de pedir? Indique a base legal que justifica a sua resposta.
- 3ª) O adquirente ou o cessionário poderá ingressar em juízo, substituindo o alienante, ou o cedente, mesmo sem consentimento da parte contrária? Indique a base legal que justifica a sua resposta.
- 4ª) O credor pode desistir da execução sem o consentimento do embargante? Indique a base legal que justifica a sua resposta.
- 5ª) É possível a execução definitiva de sentença impugnada mediante recurso recebido só no efeito devolutivo? Indique a base legal que justifica a sua resposta.
- 6ª) No caso do artigo 265, IV, 12, a carta precatória sempre suspende o processo? Indique a base legal que justifica a sua resposta.
- 7ª) Considerando o processo legislativo, como se efetuam a criação e a extinção de cargos nos três Poderes da União?
- 8ª) Ainda considerando o processo legislativo, dê exemplo de lei de iniciativa geral e de iniciativa privada.
- 9ª) A quem compete promulgar as leis federais?
- 10ª) Quais as entidades compreendidas na organização político-administrativa da nossa Federação?
- 11ª) O que diferencia o MERCOSUL da ALALC e da ALADI?
- 12ª) O que foi a Comissão de Reformas do Ministério da Fazenda e a que instituição pertencia?
- 13ª) O que se entende na doutrina por "**Violência Simbólica**" e qual a sua aplicação em matéria tributária?
- 14ª) Segundo a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal qual a natureza jurídica da contribuição federativa prevista no artigo 89, IV, da Constituição de 1988 e em que condições é considerada compulsória?
- 15ª) Qual o entendimento do STF a respeito da imunidade prevista no artigo 150, VI, "**d**", da Constituição de 1988, no que se refere ao "**papel fotográfico**" destinado à composição de livros, jornais e periódicos?
- 16ª) Qual o conceito de lucro real da pessoa jurídica e qual a base de sua apuração anual?
- 17ª) Qual o tratamento tributário previsto na legislação do IPI para as "**amostras grátis**"?
- 18ª) Qual a legislação brasileira aplicável aos direitos previstos no Acordo **Antidumping** e no Acordo de Subsídios e Direitos Compensatórios e quais os órgãos competentes para fixá-la e de que formas o fazem?

19ª) Com base em que preceito constitucional as entidades estatais devedoras podem emitir títulos da dívida pública para atender ao pagamento de precatórios judiciais pendentes de pagamento na data da promulgação da Constituição?

20ª) Segundo a Legislação vigente quando se considera ocorrido o fato gerador do ICMS em relação às mercadorias importadas do exterior?

21ª) Quando pode ser aplicada a analogia na solução, do caso concreto? Cite, pelo menos, uma área de exceção à sua aplicação.

22ª) Trace a distinção básica entre fraude contra credores e fraude à execução.

23ª) Uma descoberta pode ser objeto de registro como patente? Justifique.

24ª) A nova Lei nº 9.279/96, sobre Propriedade Industrial, já está em vigor? Cite um aspecto em que houve profunda alteração em relação à Lei nº 5.772/71.

25ª) Pode a pessoa física do sócio responder pessoalmente por danos causados à Fazenda Pública pela sociedade por cotas de responsabilidade limitada de que faz parte? Justifique, esclarecendo-se que a sociedade tem seu capital integralizado.

26ª) Numa sociedade por cotas de responsabilidade limitada, a alteração contratual que determina a retirada de um dos sócios o libera das obrigações perante os demais. Esclareça quanto aos terceiros.

27ª) Distinga em breves palavras, nos termos da Lei nº 6.404/76, a operação de fusão da operação de incorporação de sociedades anônimas.

28ª) A ação previdenciária pode ser proposta no foro do segurado ou beneficiário em que hipótese? A quem compete o julgamento do recurso eventualmente interposto da sentença de primeiro grau?

29ª) Distinguir a natureza jurídica da contribuição previdenciária e do FGTS.

30ª) Qual o prazo de prescrição para que a viúva ou companheira pleiteie judicialmente a pensão previdenciária?

31ª) A Constituição Federal admite a investidura em cargo público por via de provimento derivado consistente na ascensão funcional? Justifique a resposta, indicando o preceito constitucional pertinente.

32ª) De acordo com a teoria do risco administrativo e da disposição constitucional aplicável à responsabilidade civil do Estado, indaga-se:

- a. As pessoas jurídicas de direito privado podem sujeitar-se ao regime da responsabilidade objetiva?
- b. A ilicitude do ato comissivo é essencial para a obrigação de reparar o dano?

33ª) Comente o princípio da função social da propriedade, indicando dois dispositivos constitucionais expressivos de sua aplicação e relacionados, respectivamente à política urbana e à política fundiária.

34ª) Estabeleça a relação entre o instituto do desvio de poder na atuação dos agentes públicos e os princípios constitucionais regentes da Administração Pública nomeados no art. 37, **caput**, da Constituição Federal.

35ª) Comente a distinção entre anulação e revogação de atos administrativos.

36ª) Estabeleça a distinção entre as modalidades de prestação de serviço público consistentes na prestação direta, sob regime de concessão e sob regime de permissão.

37ª) A absolvição criminal de servidor público demitido pela prática de delito funcional é impeditiva da aplicação de penalidade disciplinar administrativa?

38ª) Em face do princípio da legalidade, é correta a afirmação de que os atos exorbitantes do poder regulamentar sujeitam-se ao controle tanto jurisdicional quanto legislativo? Indique os dispositivos constitucionais que fundamentam a resposta.

39ª) Indaga-se se a Justiça Federal é competente para julgar as seguintes causas:  
a. Em que sejam autor e réu, respectivamente, uma sociedade de economia mista integrante da Administração Federal e uma empresa privada.  
b. Os litígios entre Estado estrangeiro ou internacional e a União Federal.

40ª) É possível a aplicação jurisdicional de lei estrangeira no Brasil? Formule dois exemplos, indicando os dispositivos legais aplicáveis.

41ª) Em que consiste a imunidade parlamentar relativa ou formal e quais são os seus beneficiários?

42ª) Quais são as regras a serem seguidas no que diz respeito à comunicabilidade das circunstâncias e das elementares do crime?

43ª) O que é a **actio libera in causa**?

44ª) Em face do que dispõe o parágrafo 1º do art. 2º da Lei nº 8.072/90, como você interpretaria o inciso V do art. 83 do Código Penal?

45ª) Funcionário público pode ser sujeito ativo do crime descrito no art. 168 do Código Penal? Justifique a resposta.

46ª) o que é necessário para a configuração do crime putativo por obra de agente provocador?

47ª) Existe, no ordenamento jurídico-penal brasileiro, alguma hipótese de aplicação do princípio da discricionariedade (regrada) na ação penal pública? Justifique a resposta.

48ª) O que é prova ilícita por derivação? Dê um exemplo

49ª) Qual a natureza jurídica da revisão criminal?

50ª) Como se expressa o princípio do juiz natural na Constituição Federal de 1988?

### QUESTÕES DA SEGUNDA PROVA ESCRITA

1ª Questão:

Distribuidora de Lubrificantes S.A. propôs contra a União Federal ação de procedimento ordinário, objetivando:

- a) a declaração de inexistência de relação jurídica que a obrigue ao pagamento da contribuição para o Programa de Integração Social - PIS, criado pela Lei Complementar nº 7/70, alterado pelos Decretos-Leis nºs 2.445 e 2.449, de 1988, a partir da Emenda Constitucional nº 3, de 1993, assim como da exigência de imposto de renda em relação às receitas provenientes de produtos derivados de petróleo explorados pela empresa-autora;
- b) a restituição das quantias pagas a partir daquela data, com juros de 1% ao ano, computados nas datas dos respectivos recolhimentos, e correção monetária até a efetiva devolução. Alega que sofreu autuação fiscal da Receita Federal, da qual se defendeu na esfera administrativa perdendo na 1ª instância, estando o pleito, no momento, pendente de decisão, em grau de recurso, perante o Conselho de Contribuintes.

Ajuizou, concomitantemente, Medida Cautelar para depósito das quantias em litígio, até final decisão, com trânsito em julgado, na ação principal, na qual requereu a suspensão da exigibilidade de ambas as exações, até que decida o Conselho de Contribuintes ou, em sendo a decisão deste desfavorável

à empresa, o trânsito em julgado da cautelar. Regularmente citada, a Ré deixou fluir **in albis** o prazo para a resposta, na ação principal, mas contestou a cautelar, sustentando:

- a) a impossibilidade jurídica do pedido por absoluta ausência de fundamento legal;
- b) ausência de interesse, uma vez que a matéria se encontra pendente de decisão na esfera administrativa;
- c) pediu a extinção do feito sem apreciação do mérito ou, de outro modo, sua improcedência, uma vez que não é possível a cumulação de pedido declaratório com o de restituição.

O Ministério Público Federal invocou o princípio **electa una via non datur altera** e, a seu requerimento, realizou-se perícia, que concluiu no sentido de que 70% dos produtos comercializados pela autora são derivados de petróleo", não o sendo os outros 30%, embora em sua composição seja utilizado como matéria-prima poliuretano, que é um "derivado de petróleo". Prolate sentença, considerando os dados explicitados e resolvendo todas as questões suscitadas, e complete, se for o caso, o contexto enunciado.

A sentença deverá conter relatório único para as duas ações e capítulos de fundamentação e partes dispositivas distintos para a ação principal e para a ação cautelar.

2ª Questão:

Requisitos da denúncia nos crimes de autoria coletiva ou societária.

3ª Questão:

Tendo em vista a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, comente a distinção e os requisitos de cabimento entre a ação de inconstitucionalidade por omissão, o mandado de injunção e o mandado de segurança pela inocorrência da prática de ato administrativo.

4ª Questão:

A Administração Pública Federal celebrou contrato com empresa construtora para realização de uma obra. No período de execução da referida obra, deixou a empresa de atender aos encargos trabalhistas e previdenciários resultantes da execução do contrato. Pergunta-se: a inadimplência do contratado com referência aos encargos trabalhistas e previdenciários transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento? Fundamente a resposta.